

Prêmio Contador Geraldo de La Rocque

Publicamos, nesta edição, os três primeiros artigos classificados no Prêmio Contador Geraldo de La Rocque — de acordo com a deliberação da Comissão de Avaliação do prêmio —, cujos temas são diversificados, relevantes e atuais. Além dos artigos premiados, complementamos esta edição com dois artigos igualmente importantes para a ciência contábil.

O primeiro lugar, "Transparência do Orçamento Governamental dos Países: um Estudo acerca da Associação entre IAO, IDH, PIB e IPSAS", busca verificar se existe relação entre o Índice de Abertura Orçamentária (IAO), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Produto Interno Bruto (PIB) e o International Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

O artigo que ficou na segunda colocação, "A Produção Científica sobre Auditoria: um Estudo Bibliométrico a partir do Caderno de Indicadores da CAPES no período de 2004 a 2006", visa analisar a produção científica sobre auditoria em periódicos, anais, dissertações e teses dos programas de mestrado e doutorado em Ciências Contábeis a partir de levantamento efetuado nos Cadernos de Indicadores da CAPES, referentes ao triênio 2004-2006.

O terceiro colocado — "A Adoção das IFRS no Brasil e o Fortalecimento das Boas Práticas de Governança Corporativa" — propõe-se a responder a uma questão importante para o am-

biente corporativo da atualidade: se a harmonização das normas contábeis, caracterizada pela adoção das IFRS, constitui ou não elemento determinante para o estabelecimento das boas práticas de Governança Corporativa nas companhias abertas.

O artigo "A Lei Sarbanes-Oxley e Sua Importância para as Companhias Abertas Brasileiras a partir do Ano de 2004" mostra o impacto sofrido pelo mercado de capitais, principalmente o americano, após descobertas de fraudes e manipulações contábeis em grandes empresas daquele país. Nesse contexto, uma série de medidas regulatórias, como a Lei Sarbanes-Oxley, foi introduzida ao longo de 2002, tanto nos Estados Unidos quanto em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, com a elaboração da Resolução 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional, que trata dos serviços prestados pela Auditoria Independente no país.

E, por fim, apresentamos o artigo "Evidenciação Contábil nos Municípios Mineiros: Atendimento ao Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal", que tem por objetivo avaliar se os municípios mineiros utilizam a internet para evidenciar as informações solicitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Prezados leitores, aproveitem os artigos aqui selecionados, que, com certeza, contribuirão para enriquecer, ainda mais, o nosso conhecimento da nobre Ciência Contábil.

Uma ótima leitura!

Diva Maria de Oliveira Gesualdi

Vice-Presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional